

# Crise brasileira é política

*Setor público deve intervir, diz economista*

*Kido Guerra*

O setor público precisa intervir imediatamente para evitar o agravamento da crise brasileira, que tem hoje um caráter muito mais político que econômico, além de procurar alterar sua postura em relação à questão da dívida externa. Isto porque o risco de hiperinflação é iminente, agravado pela gradual perda da confiança da sociedade no governo, e, se ocorrer uma explosão de preços, será o fim da coesão social, abrindo-se então uma porta para o surgimento de um regime autoritário, baseado na força.

O alerta é do economista francês Pierre Salama, especialista em questões econômicas do Terceiro Mundo e consultor do Partido Socialista para assuntos ligados à América Latina. Em entrevista exclusiva ao JORNAL DO BRASIL, Pierre Salama, 45 anos, foi enfático nas críticas à atual política econômica do governo, tanto no aspecto interno quanto externo: "A prorrogação do mandato do presidente Sarney por mais um ano poderá custar muito mais caro para o Brasil do que se imagina."

**História grega** — Para Salama, é nítida a impressão de que o governo está adiando a solução dos problemas, como se esperasse a eleição presidencial do próximo ano. "A casa está pegando fogo", diz, "mas os seus donos continuam jantando tranquilamente. É uma velha história grega, só que todos morrem no final". Acrescenta: "Hoje, a inflação está em 23%, mas amanhã ela pode chegar a 40% e isso representa um grande risco do ponto de vista político, pois ela passa a ser insuportável, sob todos os aspectos. Não haverá no Brasil uma solução milagrosa para a crise".

Na visão de Salama, se o governo demorar a tomar uma atitude brusca e decisiva de combate à inflação — que não seja apenas através da adoção de medidas de curto prazo, como tem feito — poderá ser tarde demais, pois a sociedade poderá não ter mais nenhuma credibilidade em sua ação.

O economista, que se autodefine um keynesiano-marxista — "Um casamento conflitante", admite, ressalvando, porém, que a união das escolas de Keynes e Marx é hoje uma tendência dominante nos meios econômicos progressistas da França e de praticamente toda a Europa — discorda totalmente da tese de que é possível se conviver muito tempo com uma inflação alta, sem maiores traumas para a economia interna e para a sociedade.

"Muitos economistas pensaram que o Brasil era um caso especial, que a inflação mensal acima de dois dígitos era uma característica tipicamente brasileira, como o samba e o carnaval. Mas acontece que a inflação veio se acelerando cada vez mais e mudando de patamar a cada ano, provocada sobretudo pelas sucessivas maxidesvalorizações cambiais e pelo tratamento dado pelos governos anteriores à dívida externa", observa Salama. Ele classifica de muito tardia a moratória brasileira (em fevereiro de 1987) e vê o pagamento da dívida externa ("os mais de 10 bilhões de dólares que se vão anualmente") como a principal fonte inflacionária no país.

**Cinismo** — O economista, que pertenceu à extrema-esquerda francesa como militante da Liga Comunista Revolucionária, uma organização trotskista, defende a urgente coesão dos países devedores mais importantes — México, Brasil e Argentina — para fazer frente aos governos dos países ricos e forçar uma nova forma de encaminhamento do problema da dívida, que, segundo Salama, todos sabem ser impagável.

"Os banqueiros sabem disso, os governos também. Isso é evidente. Inclusive, no cinismo dos gabinetes

dos bancos, isso é dito abertamente. Ora, se fosse possível pagar essa dívida, os próprios bancos não teriam criado o mercado secundário", diz.

A recente proposta da Organização das Nações Unidas, com a relativa concordância dos governos dos países industrializados, de que é necessário reduzir em pelo menos 30% o montante da dívida do Terceiro Mundo é, segundo Salama, um reflexo dessa nova postura e do reconhecimento da inevitabilidade de adoção de outra estratégia para a questão externa.

"Há alguns anos, era impossível pensar que uma proposta dessa partaria dos credores. Pois ela está aí", comenta. Só que ele acha a medida insuficiente para resolver o problema: "Se eles estão dizendo que é preciso reduzir o nível de endividamento em 30% é porque, na realidade, a diminuição tem que ser de 70%", ironiza, pregando o fim da retórica de que a dívida será paga à custa do superávit comercial e de mais endividamento.

Equacionado esse aspecto, prossegue Salama, e paralelamente a esse "sindicato de devedores", o Terceiro Mundo deve seguir o exemplo de países capitalizados, como Estados Unidos, Japão e Alemanha: políticas industriais indiretas voltadas para o mercado interno e que irão romper os mecanismos viciados (inflação alta e especulação) que nos países em desenvolvimento são consequências do livre e ineficaz funcionamento do mercado.

**Única forma** — É fundamental, para Salama, a necessidade de uma articulação estatal com o setor privado, não só do ponto de vista do sistema produtivo, mas, especialmente, para promoção de políticas sociais e de distribuição de renda. Esta é a única maneira — pensa — de se lutar contra os efeitos perversos e recessivos provocados pelas políticas de ajustamento interno impostas ao longo da década a vários países latino-americanos pelo Fundo Monetário Internacional, e que só geraram mais crise.